



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000116-50.2011.2.00.0000**Requerente:** Pedro Jorge Melro Cansanção**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**Advogado(s):** AL001110 - Adelmo Sérgio Pereira Cabral e Outros (REQUERENTE)

AL000970 - Carlos Barros Méro (REQUERENTE)

RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - SINDICÂNCIA NA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA EM MOVIMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM CURSO PERANTE O TJAL - DUPLICIDADE APURATÓRIA - CARACTERIZAÇÃO.

1. A jurisprudência solidificada do CNJ segue na esteira da impossibilidade de duplicidade apuratória disciplinar e concomitante da conduta de magistrado.

2. Na hipótese, houve representação por excesso de prazo (REP) no CNJ, arquivada por perda do objeto, com reatuação para Sindicância, a fim de se dar a investigação da conduta morosa do Requerente e possível desídia à frente da 13ª Vara Cível da Comarca de Maceió (AL). Ao mesmo tempo, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD) pelo TJAL, para apurar, exclusivamente, sua atuação no processo objeto da representação.

3. Ora, apesar de a Sindicância no CNJ parecer ter objeto mais amplo que o PAD que tramita no TJAL contra o Magistrado Requerente, o fato é que ambos os processos se originaram da morosidade no mesmo feito. Para evitar a prática não salutar da duplicidade de apuração, quando são previstos regimentalmente instrumentos para que o acusado e condenado em processo censório disciplinar no órgão de origem possa acessar o CNJ, seja pelo uso da revisão disciplinar, da advocação ou do procedimento de controle administrativo, é de se arquivar a sindicância, devendo prosseguir apenas o PAD contra o Requerente no TJAL.

Recurso administrativo provido parcialmente.

I) RELATÓRIO

O Requerente interpõe o presente **Recurso Administrativo**, buscando desconstituir a **decisão** deste **Relator**, de **indeferimento de pedido liminar**, que tinha por escopo o **trancamento de processo administrativo disciplinar** (PAD) que se desenrola contra ele **perante o Tribunal Requerido**. Aponta para a ocorrência de vedada **litispendência**, pois tanto a Sindicância conduzida pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ-SIND-0002615-75.2009.2.00.0000) quanto o PAD que se instaurou perante o TJAL versariam sobre a **mesma situação**, originada em representação por excesso de prazo. Aduz, assim, a **impossibilidade do transcorrer simultâneo de ambos os processos**, ainda que se considere a competência concorrente do CNJ e do TJAL, pois o que se teria em investigação pelos dois órgãos seria a **mesma e suposta falta funcional**, sendo certo, ademais, que a **afirmação feita na decisão recorrida**, no sentido de que a **Sindicância** estaria **sobrestada** enquanto o fato estaria sendo apurado pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, **não corresponderia** ao que consta sobre o **andamento** daquele feito. Ainda que assim não fosse, mesmo em competências concorrentes, impera o **princípio da superposição hierárquica das instâncias**, que incidiria, também, sobre as instâncias administrativas. Nessa senda, tendo o **TJAL instaurado o PAD**, quando já existente Sindicância, não arquivada pelo Corregedor Nacional de Justiça à

época, Min. **Gilson Dipp**, **teria usurpado a competência do CNJ**, na medida em que os arts. 63 e 64 do RICNJ estabelecem como procedimento em relação à Sindicância, considerando o convencimento a respeito da ocorrência de falta funcional, a proposição ao Plenário do CNJ da instauração de PAD. De outra parte, faria parte do **entendimento jurisprudencial deste Conselho** o reconhecimento da **irrazoabilidade da cisão da atividade persecutória censória**, como ilustraria o decidido no feito CNJ-RD-200810000012597, de modo que, a continuar a dupla apuração, correria o risco de se ver duplamente apenado pelo mesmo fato (PET10).

O **Requerido** **prestou informações**, aduzindo que a Corregedoria Nacional de Justiça teria **delegado a apuração** dos fatos informados em **Representação por Excesso de Prazo (REP)** à **Corregedoria local**, a fim de que esta prestasse contas, em 60 dias, das **condições físicas da 13ª Vara de Maceió**, titularizada pelo Requerente, bem assim da justificativa do Magistrado para a morosidade na prestação da jurisdição na Ação 001.06.013967-7, objeto da REP. Assim, o órgão censor local teria apurado o caso e concluído pela existência de indícios do cometimento de infração administrativa disciplinar em desfavor do Magistrado, ora Requerente, por afronta ao art. 20 do Código de Ética da Magistratura Nacional e ao art. 35, II, da LOMAN, ante o atraso injustificado na tramitação da ação referida. Após deliberação do Plenário daquela Corte, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar contra o Requerente em 04/01/11. Não haveria, ademais, duplicidade apuratória, na medida em que os fatos acenados na REP não estariam sendo apurados pelo CNJ, já que o TJAL, por delegação, estaria fazendo isso, cabendo ao CNJ apenas a mera fiscalização, por intermédio da REP 0002615-75.2009.2.00.0000 (INF13).

É o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

O Requerente observou o quinquídio regimental. De outra parte, apesar do indeferimento de liminar não constituir, usualmente, hipótese de cabimento de recurso, nos termos do art. 115, § 1º, do RICNJ, tem-se que na presente situação, concluir pelo seu descabimento, pode importar em restrição do direito à correta apuração dos fatos imputados ao Recorrente. Pelo exposto, **CONHEÇO** do Apelo.

O Requerente busca, neste feito, o **controle da legalidade da decisão do TJAL**, na qual foi deliberada a **instauração de processo administrativo disciplinar (PAD)** em seu desfavor. Postulou, uma vez que havia **procedimentos anteriores na Corregedoria Nacional de Justiça** (representação por excesso de prazo e sindicância), **desenrolando-se simultaneamente** a este e de apuração dos mesmos fatos, o deferimento de medida liminar, a fim de trancar o PAD na origem, permanecendo a apuração somente pelo CNJ, que fora o órgão censório a dar início à averiguação, em razão do recebimento de representação por excesso de prazo (REP).

A **liminar** restou **indeferida**, aos seguintes fundamentos:

*"Insta, primeiramente, destacar que, durante a apuração administrativa levada a cabo pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas, não só foi **sobrestada** a Sindicância instaurada no âmbito deste Conselho, como também foram repassadas periodicamente ao CNJ informações acerca do andamento das averiguações.*

*Resta claro que, em virtude da competência **concorrente** do CNJ e do TJAL para apuração das denúncias, os mesmos fatos deflagraram dois procedimentos distintos. Entretanto, releva destacar que o **principal responsável** para conduzir a averiguação é o **próprio Tribunal**. Portanto, não há de se falar em irregularidades na investigação conduzida pela Corregedoria local, tampouco em ilegalidade na instauração do Processo Administrativo Disciplinar em face do Requerente" (DEC9).*

O processo **CNJ-REP-0002615-75.2009.2.00.0000** teve início na Corregedoria Nacional de Justiça com a denúncia feita em relação à **morosidade do Requerente**, titular da 13ª Vara Cível da Comarca de Maceió (AL), na **condução da Ação 00106013967-7 (REQ2)**. Após as informações prestadas pelo Juízo Requerido, foi determinado que, em 90 dias, fosse informado o trâmite do processo objeto da representação

(DESP6). Diante da resistência do Requerente a ser intimado, a Corregedoria Nacional, tendo por baldrame a competência concorrente da Corregedoria local, delegou-lhe, com amparo no art. 67, § 4º, do RICNJ, a apuração das condições físicas da Vara em destaque, para posterior informação ao Conselho.

Em sequência, e no seio da REP, a Portaria 68/10 do Corregedor Nacional de Justiça à época, Min. **Gilson Dipp**, instaurou **Sindicância** para investigação sumária dos seguintes fatos: morosidade no julgamento do processo objeto da REP, conduta fugidia do Requerente no tocante ao recebimento das intimações advindas do CNJ, paralisação da apuração administrativa iniciada na Corregedoria local, supostos descaso do Requerente e desídia na condução da 13ª Vara Cível de Maceió (AL). A Sindicância resultou da reautuação da REP, recebendo o número **CNJ-SIND-0006022-55.2010.2.00.0000**. Após, a **REP** foi **arquivada** diante da **perda do objeto** pelo julgamento do processo pelo Requerente, todavia a Sindicância tem prosseguimento até o presente momento, não tendo, sido, oficialmente, sobrestada, estando apenas parada para receber informações do TJAL. Verte do despacho do ex-Corregedor Nacional, *verbis*:

"Com essas considerações, determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, sem prejuízo do prosseguimento da SD nº 0006022-55.2010.2.00.0000" (g.n.) (DESP31 da REP).

No âmbito do TJAL, foi **instaurado Processo Administrativo Disciplinar** contra o Requerente, em 04/01/11, restando determinada a apuração da falta funcional **exclusivamente em relação à morosidade na condução do processo objeto da REP**, como deflui da decisão, *verbis*:

"Acordam os Desembargadores integrantes do Tribunal Pleno deste Sodalício, em sessão administrativa, realizada em 04 de janeiro de 2011, em conformidade com o voto do Relator, à unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de invalidade do procedimento administrativo e consequente invalidade da proposta de instauração de processo disciplinar contra o Dr. Pedro Jorge Melro Cansanção, por ter verificada a existência de excesso de prazo injustificado para julgamento da ação nº 001.06.013967-7, desrespeitando os deveres inerentes ao exercício da magistratura previstos na LOMAN, art. 35, incisos II (por exceder injustificadamente o prazo para despachar; bem como para sentenciar pondo fim a demanda definitivamente) e III (por não ter determinado as providências necessárias quanto à intimação do perito para realizar avaliação médica da autora), bem como o preceito do art. 20 do Código de Ética da Magistratura (por não ter julgado o caso em prazo razoável) (...)" (INF26 da SIND).

O que se observa é que, da reclamação acerca da morosidade na condução específica de processo que tramitava na 13ª Vara, a Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ concluiu, a partir de **relatório informativo da Corregedoria local**, que havia, também, **indícios de desídia em relação à Vara titularizada pelo Magistrado**, seguindo-se a sindicância em relação ao todo apurado (DEC18 e PORT 19 da SIND).

A jurisprudência solidificada deste Conselho segue na esteira da **irrazoabilidade da duplicidade apuratória por órgãos censórios** que têm a mesma função, devendo, mesmo em se tratando de competência concorrente, aguardar-se que o **órgão inicial da atividade censória apure** a existência ou não da falta funcional. Eis os precedentes que ilustram a afirmação:

*"Reclamação Disciplinar. Recurso Administrativo. Reclamação Disciplinar. Fatos objeto de Procedimento Administrativo no órgão censor local. Duplicidade apuratória. Litispendência administrativa. Arquivamento sumário mantido. Os fatos narrados foram denunciados em procedimento disciplinar em trâmite na Corregedoria local, razão pela qual a intervenção desta Corregedoria, no presente momento, não se justifica. Não cabe ao Conselho Nacional de Justiça proceder à concomitante apuração, porquanto a duplicidade apuratória implica uma espécie de "litispendência administrativa". Arquivamento mantido" (CNJ-RD-200810000012100, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJ de 14/09/09).*

"Recurso Administrativo. Reclamação Disciplinar. Duplicidade apuratória. Arquivamento sumário mantido. – "A apuração dos fatos em curso perante o órgão correcional competente obsta sua investigação concomitante pelo CNJ, porquanto a duplicidade apuratória implica em

espécie de 'litispêndência administrativa'. A situação concreta recomenda a apuração dos fatos pela Corregedoria Estadual. Recurso não provido" (CNJ-RD-200710000012880, Rel. Min. Corregedor Nacional **Cesar Asfor Rocha**, DJ de 05/08/08).

"A instauração do procedimento disciplinar na instância competente, com a adoção das providências cabíveis, afasta, nesta fase procedimental, a atuação do Conselho Nacional de Justiça, devendo-se evitar esforços disciplinares paralelos e aguardar, no prazo razoável, a conclusão daquele feito administrativo já iniciado" (CNJ-RD-78, Rel. Cons. **Paulo Schmidt**, DJ de 24/04/06).

Ainda, no que concerne à definição da **competência concorrente do CNJ**, traz-se à baila o paradigma, que ilustra a igual inconveniência da apuração dúplice, agindo o CNJ sempre que haja a omissão do titular da atividade censória inicial, que é o tribunal de origem do reclamado, *verbis*:

"Procedimento Administrativo Disciplinar. Magistrado. Processo Administrativo Disciplinar. Infrações Disciplinares. CNJ. Competência Concorrente. Inocorrência de Prescrição. 1) O CNJ possui **competência concorrente** com os Magistrados de primeira instância. É regular o exercício dessa competência, **diante da omissão do Tribunal ao qual está vinculado o Magistrado acusado**. CF art. 103-B, § 4º, III. RICNJ artigos 4º, VI, 8º, III, 60, 67 e 73. 2) Não se aplica ao caso a regra do artigo 12 da Resolução nº 30 do CNJ, que se refere aos processos contra Magistrados não vitaliciados. A prescrição regula-se pelo prazo de cinco anos, nos termos do artigo 142, I, da Lei nº 8.112/90, a partir do conhecimento do fato pelo órgão competente. Precedentes do STF, STJ e CNJ. 3) A prescrição regula-se pelo prazo de cinco anos, nos termos do artigo 142, I, da Lei nº 8.112/90, conforme a jurisprudência do STF, do STJ e deste CNJ. 4) Interrupção do prazo de prescrição pela instalação de Processo Administrativo no Tribunal de origem e da Sindicância no Conselho Nacional de Justiça. 5) Não há descumprimento de decisões do STF que apenas devolveram os Processos Administrativos ao Tribunal Regional do Trabalho, recusando a competência para o julgamento de Processos Administrativos Disciplinares (CF art. 102, I, letra n). 6) Demonstração probatória suficiente da prática de condutas que caracterizam infração disciplinar. LOMAN artigos, 35, I, IV e VIII, e 36, I. 7) Parcial procedência das imputações para aplicar-se a pena de aposentadoria compulsória, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço" (g.n.) (CNJ-PAD-200810000011027, Rel. Cons. **José Adonis Callou de Araújo Sá**, DJ de 24/08/09).

Nessa linha, reputo que, apesar de a **Sindicância no CNJ** parecer ter objeto mais amplo que o PAD que tramita no TJAL contra o Magistrado Requerente, **não é conveniente que permaneça em aberto**, acolhendo, inclusive, manifestações do Requerente, como se constata do seu andamento procedimental (REQ28 da SIND). Para evitar a prática não salutar da duplicidade de apuração, quando são previstos regimentalmente instrumentos para que o acusado e condenado em processo censório disciplinar no órgão de origem possa acessar o CNJ, seja pelo uso da revisão disciplinar, da advocação ou do procedimento de controle administrativo, sugiro que o Plenário arquivasse a sindicância, devendo prosseguir apenas o PAD contra o Requerente no TJAL.

É curial consignar, ainda, que, mesmo tendo havido o julgamento pelo Requerente do processo objeto da representação perante o CNJ e esta tenha sido arquivada, a valoração da conduta permanece passível de apreciação pelo Tribunal de origem.

Perceba-se, alfim, que, uma vez concluída a investigação e sentenciado o processo disciplinar contra o Requerente, nada obsta que o CNJ, mesmo arquivada a Sindicância, instaure o procedimento que entender cabível, de ofício, desde que presente a notícia de outras faltas funcionais.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, para determinar que a apuração das irregularidades atribuídas ao Requerente prossiga somente no TJAL. Após, conforme a decisão, valha-se o Requerente do que reputar como medida cabível perante este Conselho.

MIN. IVES GANDRA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por Min. IVES GANDRA em 27 de Abril de 2011 às 10:49:09



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **495858**



110427105017000000000000495150